



“SEM LENÇO, SEM DOCUMENTOS”: TERESINA COMO LUGAR DE PASSAGEM PARA THERESA (ANOS 1970)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota

Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: carlosalbertomota12@hotmail.com

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Doutora em História. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí.

E-mail: cfontinelles@gmail.com

“Hippie diz que teresinense é quadrado”. Essa foi a frase que o jornal *O Estado* estampou na sétima página, em 10 de agosto de 1972, na capital do Piauí. O contexto dessa declaração estava ligado à expulsão da jovem Theresa, uma paulista de 18 anos, das imediações de Teresina.

A partir dessa matéria buscaremos estudar aspectos ligados as vivências juvenis e a estrutura social do Brasil desse período. Abordaremos problemáticas de grupos que buscam forjar sensibilidades e representações, ao passo que situamos os meios empregados pelo Estado para frear essas manifestações. O estudo constitui-se de uma pesquisa de caráter empírico a partir de matérias jornalísticas do período, que são analisadas a partir da interlocução com estudos da historiografia.

Conforme a apuração do jornal, as autoridades locais teriam definido o prazo de 24 horas para Theresa e suas amigas – que percorriam os grandes centros do Brasil – deixarem a cidade. A justificativa? As autoridades achavam que as jovens podiam contaminar a “juventude do Piauí” (HIPPIE... 1972, p. 7).

Essa noção de juventude empregada pelo poder público piauiense se aproxima do conceito traçado pelo *Comitê Invisível*, responsável pelo livro “*Aos nossos amigos: crise e insurreição*”, onde um sujeito é dito “jovem” porque socialmente ele não é nada, e porque, no tempo em que nos tornávamos alguém quando virávamos adultos, os jovens eram precisamente aqueles que ainda não eram ninguém (INVISÍVEL, 2018, p. 49).

Dessa forma, observamos a aplicação de uma *estratégia* pelo Estado para tentar nortear o que a “sua juventude” viria a ser, interditando o contato com fontes de



subjetividades consideradas dissonantes do seu ideal. Empregamos o conceito de estratégia com base na leitura do historiador francês Michel Certeau, conforme sua análise isso consiste na possibilidade de um “lugar”, do qual um sujeito, dotado de poder e querer, pode gerenciar suas relações com o exterior.

De forma mais clara, Certeau chama de “*estratégia* o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de poder (uma empresa, um exército, uma cidade) pode ser isolado” (CERTEAU, 1994, p. 45). Esse local específico é entendido como um fundamento que permite uma posição privilegiada na relação com os demais, com a exterioridade, com aqueles que não estão inseridos no lugar, como Theresa e suas amigas.

Voltando ao tópico anterior, ao empregar o termo “contaminar”, as autoridades teresinenses acabavam por associar os hábitos *hippies* à uma espécie de doença, cujo o risco de contágio deveria ser evitado através do isolamento social, ou melhor: exclusão social. O tratamento despejado a Theresa e as suas amigas enquadrava-as como pessoas acometidas por espécie de “doença moral”, mais estigmatizada que uma doença banal, tendo em vista que seria fruto de um desvio de conduta.

A matéria do jornal *O Estado* situa que Theresa afirmou não portar maconha ou qualquer conteúdo ilícito, todavia teria decidido acatar a ordem para evitar maiores conflitos. Assim declarou:

Somos um grupo, eu, Baiana e Baby (paranaense) que estamos curtindo o Brasil, sem lenço e sem documentos. Easy Ride. Sem destino. De Porto Alegre a Fortaleza, a pior cidade pra gente foi Teresina, onde estamos sendo expulsas. Tem nada não. Sou da paz, nunca da guerra. Tou na minha! (HIPPIE... 1972, p. 7).

O texto publicado acrescenta que enquanto Theresa conversava com o jornal, formou-se um grupo de mocinhas ao seu redor, elas conversavam entre si e admiravam os cabelos em caracóis da forasteira, assim como sua “mini-blusa” sem sutiã. Isso teria lhe causado uma reação:

Tá vendo como sou olhada? Sou mulher e viajo sozinha. E daí? Entendo a mulher como uma pessoa marginalizada na sociedade brasileira, escrava do marido ou do pai. Não curto essa, não. Faço o que quero e acho que a mulher brasileira é uma verdadeira escrava. Mas tem uma turma feminina legal e que já começou a exigir o verdadeiro papel da mulher dentro e fora do lar (HIPPIE... 1972, p. 7).



Esse episódio, protagonizado na cidade de Teresina, no início do mês de agosto de 1972, nos permite analisar uma série de problemáticas desse espaço e tempo. A começar pelo tratamento dispendido a essas moças pelas autoridades públicas: a decisão em expulsá-las da capital as situa num *lugar de não direito*, desamparadas de qualquer apoio ou proteção. Assemelham-se à condição de “pária”¹, conceituada por Hannah Arendt: “um fora-da-lei, não porque tenha transgredido a lei, mas porque não há nenhuma lei que possa o reconhecer e proteger” (ARENDRT *apud* TRAVERSO, 2012, p. 155).

Nesse sentido, a violência aplicada contra esses corpos não seria cobrada ou investigada por outros órgãos. A própria percepção dessas jovens, ao definirem-se como pessoas “sem lenço e sem documentos”, implica numa condição de quase indigência.

Contudo, devemos fazer um adendo, é muito provável que Theresa estivesse fazendo uma referência à canção “*Alegria, Alegria*”, de autoria do tropicalista Caetano Veloso. A canção foi lançada em 1968 e tornou-se um célebre hino de uma juventude experimentalista: “Caminhando contra o vento/ Sem lenço, sem documento/ No sol de quase dezembro/ Eu vou/ O sol se reparte em crimes/ Espaçonaves, guerrilhas/ Em Cardinales bonitas/ Eu vou” (VELOSO, 1968).

A letra dessa música faz menção ao momento político vivenciado no coração do Brasil, destacando a inquietação do jovem perante tantas notícias e possibilidades: “Eu tomo uma *Coca-Cola*/ Ela pensa em casamento/ E uma canção me consola/ Eu vou” (VELOSO, 1968). Nesse trecho, em específico, podemos observar a ansiedade do jovem imerso entre elementos de uma cultura burguesa: o consumo de produtos e a moral que pregava a necessidade de constituir família.

Ao abordar as estéticas e identidades juvenis, no período supracitado, o historiador Paulo Muniz Silva faz um adendo importante: “quando se fala sobre juventude e se tem a necessidade de defini-la e conceituá-la, algumas pesquisas trazem o termo sob

¹ É importante situarmos que nos estudos de Arendt, o conceito de pária está ligado à condição do judeu no mundo. Contudo, ele poderia ser um *parvenu* arrivista: “que busca salvaguardar a própria vida em detrimento da perda de direitos”; ou um rebelde: “que via coragem e postura heroica se entende como um mundo visando à liberdade e à garantia de direitos políticos, não só os seus, mas de todos que possam se encontrar sob a égide da opressão, uma vez que entendemos que a resistir é uma obrigação dos oprimidos” Ver: (SILVA, 2016, p. 36).



duas perspectivas principais: a questão etária (biológica) e a sociocultural” (SILVA, 2013, p. 14).

Silva destaca que os estudos mais recentes das ciências humanas e sociais têm pretendido abordar a juventude por uma perspectiva onde ela é mais que uma faixa etária. A organização das Nações Unidas (ONU) situa a juventude como um ciclo da vida entre 15 e 24 anos de idade. Todavia, o historiador ressalta a importância de “compreender a juventude como uma categoria social que não deve ser tratada de maneira homogênea e nem ser vista apenas como uma evolução discutida etariamente, com início e fim pré-determinados em um período da vida” (SILVA, 2013, p. 15). Nesse sentido, nos afastamos duma visão que aborda a juventude como um período fechado e a contemplamos como uma experiência cultural e social em movimento.

O jornalista Zuenir Ventura, no livro “1968 – O ano que não terminou”, traz alguns dos marcadores que perpassavam o imagético da juventude no período em questão. Seus escritos apontam que a popularização do divórcio no final da década de 1960 seria o indicador do início de “viagem experimental”, cujos traços poderiam ser percebidos pelo desdém ao “casamento burguês”, isto é, a monogamia, a fidelidade, o ciúme e a virgindade (VENTURA, 1988, p. 18).

Na prática, isso significava para elas deixar a confortável condição de apêndice econômico, a segurança psicológica de um lar, e partir para a arriscada experimentação existencial que se podia traduzir na busca de uma profissão, em novas e descomprometidas relações, ou às vezes, em um mergulho na solidão. [...] A disposição dessas jovens mulheres era, pelo menos, não repetir o erro de suas mães. Elas não queriam ser tão infelizes quanto julgavam ter sido a geração anterior. Se os exemplares mais estabelecidos da geração tentavam subverter o casamento pela sua destruição, outros, mais novos, começavam a experimentar formas alternativas de relacionamento que não reeditassem os compromissos impostos pela convenção (VENTURA, 1988, p. 18).

Nesses modelos alternativos de relacionamento, o sexo passava a ocupar uma posição diferente, dissociando do valores predominantes nas décadas anteriores, onde as mulheres deveriam “ostentar valores ligados à castidade e à pureza, identificadas pelo comportamento recatado e passivo” (DEL PRIORE, 2011, p. 118), para a construção de uma família humana e alinhada.



A historiadora Laura Brandão assinala que a efervescência social juvenil das décadas de 1960 e 1970 colaborou para alterações relevantes nos paradigmas referentes à política e à cultura.

Durante os anos 60, houve crescente influência de formas juvenis de subversão dos arquétipos tradicionais de se pensar a política, que incorporou novos modelos de contestação e gestou um redimensionamento do que vinha a ser político. Ocorre também a irrupção de novos sujeitos e objetos que são ditos no cenário público. Os jovens rebeldes, o corpo, a sexualidade, o gênero passam a ser problematizados por meio de uma série de discursos produzidos para imprimir significados. (BRANDÃO, 2014, p. 94)

A constatação de Brandão situa a inserção dos corpos no bojo das discussões políticas, aspecto que também mostra-se presente nos escritos de Zuenir Ventura, onde podemos observar uma reorganização do pensamento que contempla o sentido estético e corpóreo na luta social, cujo principal preceito seria a liberdade.

A sua liberdade de “conhecer uma beleza que passa primeiro pelo feio” foi, aliás, uma experimentação revolucionária, que ajudou a criar um fenômeno na época: a valorização da estética kitsch. “Foi o ano em que experimentamos todos os limites” – lembra-se Cesinha – “em que as moças começaram a tomar a pílula, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento”. Parte dessa geração queria “trazer a política para o comportamento” e parte procurava levar o comportamento para a política. Um neo-existencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra (VENTURA, 1988, p. 19).

A ideia de “trazer a política para o comportamento” passava por uma reorganização dos gestos, uma resposta aos padrões morais e costumes burgueses, que pode ser entendida a partir dos conceitos do historiador Edwar Castelo Branco.

Pode-se dizer que, se o modo tradicional de fazer política pressupunha uma exclusão do corpo do cenário político, isto é, se o corpo-militante-partidário é uma máquina que apenas nos limites da política – estudantil, de partido, etc. – se torna dizível como, exclusivamente, um depositário da razão e da militância – ambas, como se depreende da fala de Augusto Boal, articulada à fé na existência de um “real verdadeiro” sob a capa do “real aparente” -, o corpo-transbunde-libertário, requebrante, desbundado, é um contraponto a este corpo militante. Mais do que gesticular dentro do universo político instituído por mudanças que não afetem aquele universo, mas apenas as posições dos sujeitos em seu interior – e naquele momento acreditava-se que o mundo era experimentado coletivamente, pela *classe* -, este corpo transbunde se oferece como depositário, em si, de uma nova possibilidade de relação



não exatamente entre *nós* e *elas*, mas entre *eu* e o *mundo*, o que implicava uma politização do cotidiano que questionava as formas dominantes de pensamentos em suas dimensões microscópicas (CASTELO BRANCO, 2005, p. 78).

Em grande medida, o corpo-transbunde-libertário inspirava muitos sujeitos e era incompreendido por outros. Podendo, até mesmo, fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Os próprios “transbundados” faziam questão de destacar, fosse através de letras musicais, poemas, desenhos e/ou quaisquer outros meios de expressão, o seu não-lugar². Ressaltando as suas variadas formas de experimentar o cotidiano e achincalhando o modelo linear de identidade proposto pelas autoridades públicas, conforme podemos observar nessa canção/descrição do grupo *Novos Baianos* em 1972:

Vou mostrando como sou/ E vou sendo como posso /Jogando meu corpo no mundo/ Andando por todos os cantos/ E pela lei natural dos encontros/ Eu deixo e recebo um tanto/ E passo aos olhos nus/ Ou vestidos de lunetas/ Passado, presente/Participo sendo o mistério do planeta/ O tríplice mistério do stop/ Que eu passo por e sendo ele/ No que fica em cada um/ No que sigo o meu caminho/ E no ar que fez e assistiu /Abra um parênteses, não esqueça/ Que independente disso/ Eu não passo de um malandro/ De um moleque do Brasil/ Que peço e dou esmolos/ Mas ando e penso sempre com mais de um/ Por isso ninguém vê minha sacola (GALVÃO, 1972).

Nesse sentido, a expulsão da *hippie* Thereza da capital piauiense deriva propriamente do temor que a “lei natural dos encontros”, descrita na canção do grupo baiano, fosse levada a cabo em Teresina. As autoridades buscavam impedir que os jovens locais “recebessem um tanto” daquela conduta transgressora dos princípios pregados cotidianamente, através de meios como a imprensa escrita. Alguns periódicos desse período apresentavam um empenho em desqualificar as condutas adotadas por esses *hippies*, apontando os riscos de elementos como a pílula anticoncepcional.

Podia-se observar a associação desse modelo comportamental à propagação de doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo na faixa etária dos 18 aos 25 anos. Os

² O espaço do não-lugar liberta de suas determinações habituais quem nele penetra. Ele não é mais do que aquilo que faz ou vive como passageiro, cliente, chofer. Talvez ele ainda esteja cheio de preocupações da véspera, já preocupado com o dia seguinte, mas seu ambiente do momento o afasta provisoriamente disso. Objeto de uma suave possessão, à qual se abandona com mais ou menos talento e convicção, como qualquer possuído, saboreia por um tempo as alegrias passivas da desidentificação e o prazer mais ativo da interpretação do papel. Ver: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994, p. 94.



especialistas do período destacavam a confluência de dois fatores: o excesso de liberdade e a falta de informação.

A ausência de diálogo com os pais e a vergonha de profissionais da saúde seriam alguns dos problemas encontrados pelos jovens recém iniciados na vida sexual. Junto a isso torna-se notória a popularização de novos métodos contraceptivos, como a “pílula”, conforme explicara o médico Paulo Belfort, para o jornal *O Estado*:

O Dr. Paulo Belfort diz que a grande repressão em termos de sexo, antes do advento da pílula, foi trocada por uma liberdade intensa, mas a desinformação sobre a vida sexual continua dando margem a subprodutos como a gestação em jovens, aumento do aborto criminoso e a própria propagação das doenças venéreas. As pílulas anticoncepcionais surgiram no Brasil em 1963, mas a sua larga utilização começou em 1967. Seus efeitos colaterais inexistem, afirmam ginecologistas, e se, teoricamente, elas só poderiam ser vendidas com receitas médicas, na prática isso não acontece. Também o preço compensa, pois um estojo custa em torno de Cr\$ 5, enquanto que um aborto ilegal sai por Cr\$ 500,00 (DOENÇAS... 1972, p. 3).

Conforme podemos observar na matéria, as pílulas anticoncepcionais passaram a adquirir, nesse contexto, primazia como método para evitar a gravidez. Todavia, o consumo das pílulas apenas impediria a ovulação, não sendo útil na proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. A matéria torna perceptível a desinformação até mesmo entre os agentes de saúde, ao afirmar a inexistência de efeitos colaterais atrelados ao consumo desses medicamentos.

O consumo da “pílula” era um assunto polêmico que invadia o imaginário social e chegava a servir de inspiração para os compositores musicais do período, como Odair de José que, em 1973, lançou *Uma Vida Só (Pare de tomar a pílula)*, com o seguinte refrão:

Você diz que me adora/ Que tudo nessa vida sou eu/ Então eu quero ver você/ Esperando um filho meu/ Então eu quero ver você/ Esperando um filho meu/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Porque ela não deixa nosso filho nascer (ARAÚJO, 1973.).

A canção apresenta o pedido de um amante inconformado com sua companheira que insiste em aderir ao método anticonceptivo, impedindo o surgimento de um filho, conjeturado símbolo de representação do amor romântico. Embora possa parecer inocente, essa composição colabora com um discurso normativo do papel da mulher na



sociedade, associada à ideia de “guardião do lar”. Conforme a historiadora Margareth Rago, esse tipo de discurso era reproduzido – por diversos meios – no imaginário brasileiro desde o século XIX e buscava normatizar a posição social feminina.

As várias teses de doutoramento defendidas na Faculdade de Medicinas do Rio de Janeiro e da Bahia, desde meados do século XIX, procuram demonstrar a “missão sagrada” atribuída à mulher e sua “vocação natural” de procriação. Através de argumentos os mais variados, mas especialmente de cunho moral, este discurso pretende fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer de que a mulher deve corresponder a ele. Na verdade, ele vai ser o centro de todo um esforço de propaga o de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas (RAGO, 2014, p. 103).

Nesse sentido, a historiadora Laura Brandão aponta os anos 1960 e 1970 como um momento de irrup o, isto  , começa a se delinear um circuito antidisciplinar contra as conven es, que viria a explodir através de gestos, atitudes, consumo do espaço e rompimento de valores: “O corpo – assim como a linguagem – foi, para a juventude em questão, o veículo e sentido da experiência, um dos locais de estabelecimento de identidades, mesmo que fluídas e cambiantes” (BRANDÃO, 2014, p. 97). A questão do g nero, uma das principais pautas dessa transi o, foi destacada na matéria acerca de Theresa, onde conforme o jornal *O Estado* a jovem teria dito: “tem uma turma feminina legal e que já começou a exigir o verdadeiro papel da mulher dentro e fora do lar” (HIPPIE... 1972, p. 7).

A *hippie* ainda teria destacado sua desconexão aos códigos de comportamentos exigidos pela sociedade do período:

- Claro que estou deligada dessa pseudo-moral de nosso tempo, n ?   isso a , bicho; tou curtindo o Brasil!
Indagada das companhias, disse Theresa:
- O DOPS entrou em nossa curt o! Temos instru es de nos separar no Piauí. Que jeito? Agora, cada uma vai curtir a sua. Depois, a gente se encontra no tempo e espaço. Legal? Tudo isso porquê ontem   noite, a turma parou o trânsito na Praça Pedro II. A autoridade achou que a gente podia contaminar “a juventude do Piauí”. Tem nada não (HIPPIE... 1972, p. 7).

Ao nos defrontarmos com esse relato podemos tentar imaginar o reboi o que a presença dessas jovens teria causada no centro de Teresina, chamando a aten o de uma



juventude acostumada com uma rotina pouco agitada, conforme registra o historiador Francisco Alcides do Nascimento, a partir das crônicas de José Pereira Bezerra:

“A Pedro II, quase vazia, denunciava-me como um gato pingado, peso inerte. Noutra extremidade, beirando o teatro, cidadão respeitáveis batiam com a língua. Segunda-feira intragável.” A vida noturna de Teresina na década de 1970 era tida como acanhada, imagine-se isso numa segunda-feira, uma praça que deixa de ser uma sociabilidade para transforma-se em lugar de passagem, ocupada de bancas de revistas e de livros usados; as casas de cinema funcionando mal e porcamente, rodando filmes pornográficos, o teatro com a apresentação de uma peça ou *show* de quando em vez (NASCIMENTO, 2017, p. 15).

Conforme a leitura desse tópico, podemos observar um certo marasmo na vida noturna de Teresina na década de 1970. A passagem de Theresa e suas amigas teria sido uma interrupção abrupta desse cotidiano, por vezes, intragável. A forma como elas “curtiavam o Brasil” teria parado o trânsito no centro teresinense, que por sua vez não era dos mais movimentados. Nesse sentido, a expressão deve ter sido empregada pela forma como elas chamaram a atenção, tendo em vista que é difícil imaginar um congestionamento de veículos naquele contexto.

Devemos destacar que nesse contexto, a Praça Pedro II, era “considerada um cartões-postais do acervo arquitetônico de Teresina e palco das principais manifestações culturais da cidade” (FONTINELES, 2017, p. 136). A historiadora Cláudia Fontineles destacara a sua localização próxima a outros patrimônios de expressivo significado nos cenários cultural e político, como o Theatro 4 de Setembro, a Central de Artesanato Mestre Dezinho, o Cine Rex, a Igreja São Benedito, a praça da Liberdade, o Palácio de Karnak (sede administrativa do estado), entre outros. Sua posição a estabelecia como um lugar revestido de identificação para muitos piauienses, aspecto que poderia ser desconhecido para as *hippies* que faziam dela um lugar de experimentação.

Conforme o historiador Raimundo Nonato Santos, a Praça Pedro II possuiu diversas alcunhas e passou por diferentes reformas até chegar nessa nomenclatura e formato: Aquidabã, Independência e João Pessoa. Nos estudos de Raimundo Nonato a praça constituía-se como “um imã cultural, reunindo pessoas de todas as idades, especialmente a juventude ávida pela paqueraçã, pelos flertes que se realizavam num acordo tácito” (SANTOS, 2016, p. 146); o historiador ainda destaca uma subdivisão nesse espaço:



A parte mais alta da Praça Pedro II, por ser menos iluminada, era a preferida dos casais de namorados e também das moças e rapazes da camada popular teresinense, candidatas a um relacionamento amoroso. Na parte baixa deste logradouro geralmente ficavam as pessoas pertencentes à elite econômica da cidade e que também ansiavam por um romance. Para alcançar este intento, moças e rapazes trocavam olhares a uma certa distância. Esta era a senha para uma aproximação física nos bancos da praça que se não resultasse em namoro, após uma alegre conversa, restaria uma nova amizade ou simplesmente o prazer de chamar para si a atenção dos passantes (SANTOS, 2016, p. 146).

O marasmo apontado pelo cronista José Pereira Bezerra e reforçado pelo historiador Francisco Alcides do Nascimento, acerca década de 1970, também é destacado por Raimundo Nonato Santos. Este último atribui a ausência nos espaços urbanos ao advento da televisão, que levou para os lares uma nova modalidade de lazer, alterando o cotidiano das famílias (SANTOS, 2016, p. 150). Contudo, observamos que até mesmo nos períodos mais movimentados a praça Pedro II possuía um código de sociabilidades conhecido pelos moradores locais, estritamente sutil, marcado pela troca de olhares a certa distância.

A ideia de moças “parando o trânsito” representa um desencontro a esse acordo tácito, tendo em vista que a norma de comportamentos dessa sociedade pregava uma aproximação silenciosa e discreta, entre homens e mulheres. Todavia, a matéria aponta que a *hippie* Theresa fez questão de destacar que em Teresina existia uma turma legal, muito embora a maioria das pessoas olhasse para ela e suas amigas com certa inquietude.

Theresa usa calça Lea e carrega seus apetrechos envoltos no corpo – rede, lençóis, alimento et. – e sempre é observada com atenção, como se tratasse de um objeto estranho;

- Viu como sou olhada? Mesmo assim tem uma turma legal em Teresina. Tem essa não, careta! Que tá escrevendo aí? Os coroaos estão errados e a juventude está despreparada para assumir responsabilidades futuras. Tou na minha bicho! Nada mais (HIPPIE... 1972, p. 7).

Nesse último tópico da matéria publicado no jornal *O Estado* podemos perceber o desconforto da jovem com a forma como os teresinenses lhe direcionavam o olhar, o estranhamento no encontro entre pessoas com percepções de mundo distintas. Se retornamos um pouco no texto e lembrarmos das jovens teresinenses que admiravam os seus belos cabelos caracóis e suas vestimentas poderemos perceber que esses olhares não



eram, necessariamente, reprovativos. Poderia se tratar apenas do fascínio pelo novo e pelo desconhecido. Talvez esse fascínio fosse o temor das autoridades que resolveram lhe expulsar de Teresina, sob o risco de “contaminar a juventude do Piauí”.

Theresa ainda teria retrucado com o jornalista que coletava informações acerca da sua curta passagem na capital, chamando-lhe de “careta”. Infelizmente não foi possível localizar o responsável pelo texto nas páginas do periódico, tendo em vista que a matéria não foi assinada. O hábito de não assinar textos era comum na imprensa piauiense, sobretudo em matérias de notícias. Essa ausência de assinatura é recurso jornalístico, tendo em vista o receptor; “cria um efeito de distanciamento e objetividade, permitindo que o narrador coloque-se na posição de porta-voz da verdade, da ciência, do fato, ao assim fazê-lo, opta por disfarçar sua participação no texto” (FLÔRES, 2006, p. 82). Em contrapartida, nas matérias assinadas, “quando o enunciador instala o ‘eu’ em seu discurso, esse ganha em proximidade e familiaridade, permitindo o surgimento de certa cumplicidade entre narrador/leitor” (FLÔRES, 2006, p. 82).

O texto é encerrado com a manifestação do desconforto de Theresa perante o despreparo da juventude para assumir as responsabilidades futuras, esse fragmento permite amplas possibilidades de interpretação, basta situarmos seu discurso no tempo político que era vivenciado, marcado pelo recrudescimento do governo autoritário. Sua crítica traduz uma frustração de alguém que ousava desobedecer às ordens superiores e conseguira sair um pouco da caverna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da matéria publicada no jornal *O Estado*, acerca da expulsão de Theresa e suas amigas da capital piauiense, permite nos conectar com uma série de questões do Brasil na década de 1970. A começar pelo estado autoritário, marcado pelo viés militarista, intransigente com vozes dissonantes. A expulsão dessas jovens é caracterizada por um abuso de autoridade, considerando que não haviam cometido qualquer delito e não possuíam substâncias proibidas nas suas bagagens. Todavia, ao estabelecermos uma conexão com Arendt, podemos situar que estas moças se enquadravam como “fora-da-lei”, pois não havia regimento capaz de as proteger contra as forças do Estado.



Observamos que o estilo de vida adotado por Theresa, Baiana e Baby situava-se a uma viagem experimental, compartilhado por muitos jovens daquele período, cujo ideal poderia ser descrito pela seguinte sentença: “sem lenço, sem documentos”. Em algumas conversas coloquiais recebemos a informação que isso poderia ser uma citação disfarçada para “sem LSD”, uma substância sintética com efeito alucinógenos, do inglês *lysergic acid diethylamide*. Contudo, em linhas gerais, perpassa um estilo de vida que se desliga de ideais burgueses como o casamento e o estabelecimento numa moradia, em prol de uma vida “transbundada”.

O corpo “transbunde-libertário” chama a atenção, a sua simples existência consegue incomodar. Seja por um cabelo longo para os homens ou curto para as mulheres; vestes que fogem ao padrão cotidiano; adereços artesanais e peças coloridas; aspectos incompreensíveis para o dito “careta”. Sua desobediência causa repulsa em alguns e sedução em outros; e essa foi a justificativa para a expulsão dessas moças de Teresina, a possibilidade de contaminação da juventude piauiense com seus pensamentos.

Conclui-se: a cidade cujo nome representa uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II, não suportou Theresa.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Odair José. Uma vida só (Pare de tomar a pílula). In: **Odair José**. Rio de Janeiro: Polydor, 1973.

BRANDÃO, Laura. Juventude em trânsito: corpos e linguagens da década de 1970 em Teresina. In: CERQUEIRA, Maria (Org.). **Itinerários da pesquisa em história: a polifonia de um campo**. Teresina: Edufpi. 2014.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: **O Estado**, 22 set. 1972, p. 3.

FLÔRES, Onici. **Teorias do texto e do discurso**. Canoas, Rio Grande do Sul: Ed. Ulbra, 2006.



FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. A vitória dos híbridos na urbanização de Teresina: reminiscências da História e lutas pela memória (década de 1970). In: AVELINO, Yvone Dias (Org.). **Cidades: representações, experiências e memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2017.

GALVÃO, Luís; PIRES, Antonio. Mistério do Planeta. In: **Acabou chorare**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972.

HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Teresina: **O Estado**, 10 ago. 1972, p. 07.

INVISÍVEL, Comitê. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidades das Letras. In: AVELINO, Yvone Dias. **Cidades: representações, experiências e memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (1890 – 1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990**. Recife: UFPE, 2016.

SILVA, Paulo Ricardo Muniz. **Cajuína e Coca-Cola: identidades e estética juvenis em Teresina nas décadas de 1970 e 1980**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2013.

SILVA, Ricardo George. A figura do pária rebelde na teoria política de Hannah Arendt. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: FFLCH USP, 2016.

TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado, In: **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.